

Instituto de Previdência de Feira Nova - 2022

R. Margarida Ramalho, S/N - CENTRO
Feira Nova/PE - CEP: 55715-000
CNPJ Nº: 14.929.918/0001-24 Telefone:

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2022

(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.601,98	0,00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (P)	53.862.018,33	24.013.917,51
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-1.601,98	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20)	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	-1.601,98	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL (Nota 10)	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	53.918.599,34	24.047.978,85
DIFERIDO	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LIQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00
			RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00
			RESERVAS DE LUCROS	0,00	0,00
			DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
			RESULTADOS ACUMULADOS	-35.564.243,73	-7.262.851,57
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-35.564.243,73	-7.262.851,57
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-41.937.465,43	-13.636.073,27
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (P)	-28.301.392,16	40.135.081,07
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	-13.636.073,27	-53.771.148,05
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	0,00	-6,29
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO	0,00	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	4.875.176,02	4.875.176,02
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-1.954,32	-1.954,32
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	1.500.000,00	1.500.000,00
			(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	0,00	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO (Nota 22)	-35.564.243,73	-7.262.851,57
TOTAL	18.354.355,61	16.785.127,28	TOTAL	18.354.355,61	16.785.127,28
ATIVO FINANCEIRO	17.333.861,19	15.278.329,63	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21)	56.581,01	34.061,34
ATIVO PERMANENTE	1.020.494,42	1.506.797,65	PASSIVO PERMANENTE	53.862.018,33	24.013.917,51
			SALDO PATRIMONIAL (Nota 23)	-35.564.243,73	-7.262.851,57



Instituto de Previdência de Feira Nova - 2022

R. Margarida Ramalho, S/N - CENTRO
Feira Nova/PE - CEP: 55715-000
CNPJ Nº: 14.929.918/0001-24 Telefone:

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2022

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO			SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24)		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
800 - Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	17.277.280,18	15.244.268,29
TOTAL	17.277.280,18	15.244.268,29





Instituto de Previdência de Feira Nova
Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://ste.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e096445f-c57d-44db-9909-e6cc07e1939f65

Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Instituto de Previdencia de Feira Nova
CNPJ: 14.929.918/0001-24

a.2. Domicílio da entidade

R. Margarida Ramalho, S/N
CENTRO, Feira Nova – PE
CEP: 55715-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Ana Paula de Souza
Cargo: Gerente de Previdência
Período de Gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Instituto de Previdencia de Feira Nova concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3“Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 657 de 23 de dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Feira Nova:



Instituto de Previdência de Feira Nova
Nota Explicativa
Balanço Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Instituto de Previdencia de Feira Nova

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE,

apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: DISELSON O'NEIDIA SOUZA/ANILIA PINA PAULANDE PEREIRA DE SANTANA
Acesse em: <https://ste.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: e096445f-c50d-44db-9909-e6cc7b939f65

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: DMSIELSON O'NEVEDA SILVA/ANILIA ANA PAULINA DE SOUZA/ROSELIANA DE SANTANA
Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0964a5f-c57d-44db-9909-e6cc07939f65

período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 18.315.919,93. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 15.263.096,79); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 1.965.764,40); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 1.087.058,74); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2022 somam R\$ 15.263.096,79

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 1.965.764,40.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Registros de Créditos a Curto Prazo: CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL (F) (R\$ 1.365.764,40); CRÉDITOS DO RPPS JUNTO AO RGPS (P) (R\$ -105.000,00); CRÉDITOS DO RPPS JUNTO AO RPPS DE MUNICÍPIO (F) (R\$ 705.000,00);



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 1.087.058,74, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almojarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 0,00.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 38.435,68. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 38.435,68); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 38.435,68. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 40.037,66); (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ - 1.601,98);

DESCRIÇÃO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Bens Móveis	40.037,66	32.039,72
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis)	-1.601,98	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00



Instituto de Previdência de Feira Nova
Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis)	0,00	0,00
TOTAL	38.435,68	32.039,72

Nota 10: Intangível
0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 56.581,01. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 769,25); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 55.811,76);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 53.862.018,33. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 53.862.018,33); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 769,25 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 55.811,76. Totalizando passivo circulante em R\$56.581,01.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 0,00	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 53.862.018,33.



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: DONSELTON O'NEVEDA SOUZA/ALHAIANA PAULANNE PEREIRA DE SANTANA
Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0964a5f-c50d-44db-9909-e6cc0e939f65

1. Parecer Atuarial

O objetivo da avaliação atuarial é reavaliar o plano previdenciário do município de *Feira Nova/PE* com dados na data base de 30/11/2022, recalculando os custos, as reservas matemáticas, o passivo atuarial e as projeções atuariais em 31/12/2022, para que fazendo uso dessas métricas, possamos mensurar e sugerir melhorias vislumbrando o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. O estudo atuarial é estruturado de maneira a englobar todas as bases que possibilitaram chegar ao resultado, tais como base normativa, base cadastral e base técnica.

A presente avaliação contempla as novas normas e procedimentos atuariais previstos na Portaria nº 1.467/2022 e utiliza as bases de dados cadastrais e financeiros posicionados em 31 de dezembro de 2022.

O regime financeiro utilizado para os benefícios de aposentadoria programada, aposentadoria especial e reversão em pensão de aposentadoria programada, foi o regime de capitalização, que corresponde ao cenário esperado em que será suficiente o valor atual total das contribuições normais e suplementares acrescido ao montante acumulado no portfólio de investimentos do RPPS para arcar com o valor atual de todo fluxo de pagamento dos benefícios futuros até a extinção do fundo previdenciário. Para os demais benefícios, foi utilizado o regime financeiro de repartição de capitais de cobertura que consiste no valor atual do fluxo de contribuições normais futuras ser igual ao valor atual de todos os pagamentos de benefícios futuros, considerando todos os montantes até a extinção da massa de segurados.

Com relação ao método de financiamento, definido como o nível de recebimento de contribuições por parte do RPPS capaz de garantir que os compromissos de seus benefícios futuros sejam honrados, o presente estudo é pautado no método do crédito unitário projetado.

As hipóteses biométricas tomadas como base para a apuração dos valores, são divididas em quatro grandes grupos, as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e outras hipóteses. As hipóteses referentes às tábuas biométricas, à taxa de juros e à taxa de crescimento salarial estão devidamente testadas e em conformidade com a legislação vigente.



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Os dados relacionados aos servidores públicos são responsabilidade do município de *Feira Nova/PE* e compõem as informações de maior importância para o cálculo atuarial, visto que é através deles que são encontrados os valores das reservas matemáticas dos benefícios. Esses dados devem ser os mais fidedignos possíveis à realidade para não haver distorções no cálculo. As informações solicitadas para a Avaliação Atuarial foram enviadas pelo responsável do ente federativo e seu fundo de previdência, com data-base de 30 de novembro de 2022.

Pelo fato de todo e qualquer trabalho de avaliação atuarial ser sensível aos dados utilizados, a influência da base cadastral utilizada estará diretamente refletida no resultado apurado neste estudo, por isso faz necessário que o banco de dados esteja sempre atualizado e com as informações completas para que a avaliação reflita a verdadeira realidade atuarial do RPPS.

O **FEIRAPREV**, segundo o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), posicionado em 31 de dezembro de 2022, possuía um montante de **R\$ 15.263.037,79** de ativos garantidores.

A Provisão Matemática para o plano previdenciário, definida matematicamente como a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros assumidos pelo RPPS, relacionado à concessão do benefício aos segurados, e o valor atual das contribuições futuras previstas para a cobertura dos referidos encargos, de acordo com o regime financeiro adotado especificamente para o benefício no plano de custeio vigente.

Em relação ao valor atual das contribuições futuras tem-se que, para os benefícios concedidos o valor de **R\$ 5.164.187,06**, e para os a conceder, estima-se uma receita de **R\$ 26.948.155,93** gerando um montante de **R\$ 32.112.342,99**.

Para os valores estimados de compensação previdenciária, utilizou-se o percentual de 7% sobre o Valor Atual dos Benefícios Futuros, que correspondeu a um valor total estimado de **R\$ 15.171.428,57**, sendo **R\$ 5.416.040,73** referente aos benefícios concedidos, e **R\$ 9.755.387,84**, referente aos benefícios a conceder.

Percebe-se notadamente que as provisões matemáticas, são numericamente superiores às fontes de receita do RPPS, dessa forma foi registrado um déficit de **R\$ 172.028.262,55**, sendo um variação de **28,97%** quando comparado ao ano anterior.

Para equacionamento do déficit atuarial, sugeriu-se três alternativas de planos de amortização, todos com 35 anos de duração, que compreende o espaço de tempo entre 2023 a 2057, o primeiro leva em consideração o disposto no anexo VI, art.39 da Portaria MTP nº 1.467 de 2022, em que poderá ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, a partir do exercício de 2023, na forma de alíquotas ou aportes, à razão de um terço do necessário a cada ano, até atingir o valor que atenda a esse critério em 2025. Dessa forma as alíquotas de equilíbrio ficaram em 18,41% da folha salarial no primeiro ano, 37,58% para o segundo ano, 56,66% da folha salarial para o terceiro ano e a partir do quarto ano, 65,00% da folha salarial até o final do plano de amortização, considerando uma taxa de crescimento salarial de 1% a.a e taxa de juros atuarial de 4,66% a.a

Foi proposto também um plano de amortização em que as alíquotas são lineares e fixas no valor de 61% da folha salarial. E por fim o plano de amortização 3 em que o município de *Feira Nova/PE* faz aportes anuais obtendo assim alíquota de equilíbrio para os 35 anos de amortização no valor de 36,83%, ressaltamos que essa alíquota não contempla os montantes anuais pagos como aportes suplementares para o financiamento do déficit.



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

As despesas administrativas do FEIRAPREV, que correspondem resumidamente as despesas correntes (pagamento da folha dos seus servidores, compra de materiais, contratação de serviço de terceiros, etc.), como para despesas de capital (obras e aquisição de bens), foram estimadas em **3,60%** da folha salarial do município, entendemos ser esse valor capaz de suprir tais despesas.

Vale salientar que o plano de amortização vigente na Lei nº 590 de 2017, foi reavaliado com o valor presente de **R\$ 133.429.282,00**, na data base de 31 de dezembro de 2022. Retornando em um déficit atuarial líquido do plano de amortização vigente em lei de **-R\$ 38.598.980,55**. Montante este que foi coberto em todas as propostas de plano de amortização citadas no presente relatório.

Ressalta-se que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados estão em acordo com a legislação em vigor que parametriza às Avaliações e Reavaliações Atuariais dos RPPS.

Jabatão dos Guararapes, 27 de março de 2023

Paulo Kauai Amorim Pinto

Atuário Sócio

MIBA nº 3.479

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 56.581,01. dos quais R\$ 56.581,01 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ -35.564.243,73) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 18.354.355,61) e passivos (R\$ 53.918.599,34). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ -35.564.243,73); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2021 totalizou R\$ -7.262.851,57. O resultado econômico da entidade no exercício de 2022 foi de R\$ -28.301.392,16, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ -35.564.243,73.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{17.333.861,19}{56.581,01} = 306,35$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.



Instituto de Previdência de Feira Nova
Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

No Exercício de 2022 houve uma atualização positiva no valor da dívida.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução do TCE.

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2022 bens recebidos por doação.



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2022.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2022, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2022.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2022.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

h.21. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Imposto de Renda Retido na Fonte	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Redutor Financeiro - FPM	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Transf. de Recursos Intergovernamentais	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Remuneração de Depósitos Bancários	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
Despesa Orçamentária	Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários)	Reconhecimento	Setores Contábil e Tributário	31/12/2020	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil e Tributário	31/12/2020	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil e Tributário	31/12/2020	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Créditos previdenciários, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2020	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2020	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2020	Concluído
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto				



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Ação	créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Demais créditos a receber, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Reconhecimento	Setor Contábil	Imediato	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	Imediato	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência. ²			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Provisões por competência a.	Reconhecimento	Setores Contábil e Tributário	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil e Tributário	31/12/2019	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil e Tributário	31/12/2019	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Evidenciação de ativos contingentes	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
	Evidenciação de passivos contingentes	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Ativo imobilizado	Reconhecimento	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Depreciação, amortização e exaustão	Setor de Patrimônio	31/12/2015	Concluído
	Baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Reavaliação e redução ao valor recuperável	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
Ativo intangível	Procedimentos para identificar um ativo intangível	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Reconhecimento do ativo intangível	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

	Baixa	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Bens de infraestrutura	Reconhecimento	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Mensuração	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Evidenciação	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Depreciação, amortização ou exaustão	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Reavaliação e redução ao valor recuperável	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Bens do patrimônio cultural	Reconhecimento	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Mensuração	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Evidenciação	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Depreciação, amortização ou exaustão	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Reavaliação e redução ao valor recuperável	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores	Reconhecimento	Setor Contábil	Imediato	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	Imediato	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	Imediato	Concluído



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

públicos civis e militares.				
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Obrigações com fornecedores por competência.	Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2015	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2015	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2015	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Demais obrigações por competência.	A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico.			
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres	Reconhecimento	Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio	31/12/2020	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio	31/12/2020	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio	31/12/2020	Concluído
	Amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável	Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio	31/12/2020	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Outros ativos intangíveis	A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico.			
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Investimentos permanentes	Reconhecimento	Setores Contábil e de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil e de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil e de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	Setores Contábil e de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estoques	Reconhecimento	Setores Contábil e de Almoxarifado	31/12/2021	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil e de Almoxarifado	31/12/2021	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil e de Almoxarifado	31/12/2021	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Demais aspectos referentes aos				



Instituto de Previdência de Feira Nova

Nota Explicativa

Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico.			
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros contábeis	Recebimento de recursos do FUNDEB	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Recebimento de complementação da União aos recursos do FUNDEB	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Registro da dedução de 20% do FUNDEB	Setor contábil	Imediato	Concluído
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CREDITO.				
Ação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setores contábil e administrativo	Imediato	Concluído
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.				
Ação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setor contábil	Imediato	Concluído
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.				
Ação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setor contábil	Imediato	Concluído
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATORIOS.				
Ação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setor contábil	Imediato	Concluído
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSORCIOS.				
Ação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setor contábil	Imediato	Concluído
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público	Lançamentos contábeis padronizados e conjunto de lançamentos padronizados	Setor contábil	Imediato	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Balanço orçamentário	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Balanço financeiro	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Demonstração das variações patrimoniais	Setor contábil	Imediato	Concluído



Instituto de Previdência de Feira Nova
Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

	Balanco patrimonial	Setor contábil	Imediato	Concluído
Demonstrações Contábeis Aplicadasao Setor Público - DCASP	Demonstração dos fluxosde caixa	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Demonstração das mutações no patrimônio líquido	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Consolidação das demonstrações contábeis	Setor contábil	Imediato	Concluído

Ana Paula de Souza
Gerente de Previdência

José Cristóvam da Silva Filho
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0